



Índice

- 01** [Governo força acordo e diminui área indígena no Rio Grande do Sul](#)
- 02** [MPF exigirá recontração de professores Munduruku no Pará](#)
- 03** [Indígenas Tupinambá ocupam o Pólo Base da Sesai em Ilhéus](#)
- 04** ["Agricultura aprova anulação da posse de terra ao grupo indígena Kaingang"](#)
[\[Heinze PP-RS\]](#)
- 05** [Governo federal barra ação do MPF que garantia indenização a proprietários de área em terra indígena](#)
- 06** [Alexandre Anderson: "Hoje a baía de Guanabara vive um apartheid. Somos criminalizados, nos tiram o direito de ir e vir"](#)
- 07** [Festival Sabores do Brasil Sesc celebra a gastronomia indígena, neste domingo \(25\)](#)
- 08** [Professor da UFGD participa de grupo de trabalho para criação de CNV](#)
- 09** [Cidade vira campo de batalha entre PMs e Índios](#)
- 10** [Apesar das adversidades, ribeirinhos nem cogitam abandonar o Pantanal](#)
- 11** [Índio suspeito de homicídio troca tiros com policiais em Ortigueira](#)
- 12** [PF apreende arma usada por índios em morte de dois agricultores no RS](#)
- 13** [Seir realiza oficinas para lideranças de comunidades remanescentes de quilombos](#)
- 14** [Dupla xavante lança CD na Casa do Parque](#)



- 15** Manifesto da Federação Espírita Brasileira a respeito da decisão da Justiça sobre religiões de matriz africana
- 16** No MA, operação combate extração ilegal de madeira em terras indígenas
- 17** AL – S. Laelson, quilombola de Muquém, terá peças expostas durante a Copa do capital
- 18** Dossiê sobre as mineradoras é entregue ao Cardeal Maradiaga
- 19** PE – Justiça Federal condena Compesa a restaurar 37 estações de tratamento de esgoto
- 20** Justiça mantém cobrança de ITR sobre terras quilombolas
- 21** Índios bloqueiam BR-230 na Transamazônica
- 22** Cofo da leitura e escrita na escola indígena
- 23** Indígenas Kayapó de Bannach serão beneficiados com recursos para habitação
- 24** Procuradoria pede a Polícia Federal intervenção em conflito de indígenas e madeireiros
- 25** TOCANTINÓPOLIS: PrevFogo forma 1ª Turma de Brigadistas Indígenas
- 26** Kretã Kaingang: Movimento Indígena e a criminalização de lideranças
- 27** Governo federal barra ação do MPF que garantia indenização a proprietários de área em terra indígena
- 28** FIP debate as poesias indígenas e o sagrado
- 29** Indígenas fecham a TO-020 em protesto após prisão de xerente



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

30 [MPF: situação de conflito em terras indígenas no MA](#)



Governo força acordo e diminui área indígena no Rio Grande do Sul

SÍTIO ESTADÃO, 22.05.2014

Conflito entre agricultores e índios acampados à beira de trilhos no norte gaúcho foi mediado pelo Ministro da Justiça mediu, José Eduardo Cardozo

Brasília - Diante do conflito entre índios e agricultores do norte gaúcho, o ministro José Eduardo Cardozo forçou nesta quinta-feira, 22, um acordo para reduzir o território dos guaranis da comunidade de Mato Preto, no município de Getúlio Vargas. Cardozo pretende diminuir de 4,2 mil para 600 hectares a área definida por uma portaria que assinou há dois anos.

Desde 2003, 17 famílias aguardam o cumprimento da norma em barracas às margens dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. "A melhor forma para resolver o conflito é a mediação", afirmou o ministro.

A proposta foi discutida no final da tarde com os guaranis e os agricultores. Os índios, no entanto, não foram convidados para a entrevista coletiva. Com a exclusividade do microfone, o ministro disse que tinha reservado parte do dia para discutir uma série de conflitos no Rio Grande do Sul. Ele lamentou que lideranças indígenas do município de Faxinalzinho não apareceram para negociar. "É uma pena que os índios não vieram. Eles perderam a oportunidade de fazer um diálogo", afirmou.

Um detalhe: o cacique de Faxinalzinho, Deoclides de Paula, e outras quatro lideranças da comunidade não compareceram ao Ministério da Justiça porque estão presos desde o dia 28 de abril. Numa operação polêmica, a Polícia Federal prendeu os índios numa reunião com representantes do governo federal. Eles são acusados de matar os agricultores Alcemar e Anderson de Souza. Para entidades de defesa dos índios, o governo ajudou a montar uma armadilha.

Localizado pelo Estado, o cacique de Mato Preto, Joel Kuaray, que esteve com o ministro, disse que as 75 pessoas da comunidade acampadas não "aguentam" mais ameaças verbais e tiros para o alto disparados por agricultores. "A gente aceita diminuir nossa terra porque hoje estamos na beira da linha do trem", disse. "A gente tem o sentimento de que as ameaças vão diminuir, porque a redução da terra vai exigir a retirada de um número menor de agricultores da área."

Na entrevista, Cardozo negou que o governo esteja descumprindo artigos da Constituição que garantem a demarcação de terras consideradas indígenas. Ele defendeu o que chamou de "ajuste de direitos" e jogou a responsabilidade pelos conflitos no campo à lentidão do Judiciário em resolver os impasses.



MPF exigirá recontratação de professores Munduruku no Pará
SÍTIO CIMI, 22.05.2014

Em reunião com indígenas e autoridades do município de Jacareacanga nesta quarta, 21, o procurador do Ministério Público Federal em Santarém, Luis de Camões Lima Boaventura, afirmou que na próxima semana a prefeitura da cidade será instada a recontratar 70 professores Munduruku demitidos em fevereiro com "argumentos inconsistentes". Desde o início de maio, os indígenas têm promovido uma série de mobilizações em Jacareacanga, sudoeste do Pará, para reverter as demissões, que consideram políticas uma vez que grande parte dos professores tem se manifestado contra a construção de hidrelétricas no rio Tapajós.

De acordo com o procurador, ainda não houve um acordo pela recontratação em função da ausência da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Deporto de Jacareacanga na reunião. "O que ficou acordado com os indígenas é que, na próxima semana, o MPF fará uma recomendação pela recontratação imediata de todos os professores sob pena de uma ação judicial contra a prefeitura".

Além das irregularidades na demissão, Camões atenta também para a sobrecarga em que os poucos professores que não foram demitidos se encontram: "A situação do ensino está insustentável, é uma sobrecarga impossível de trabalho para os que permanecem depois da onda de demissões".

Segundo o procurador, no próximo dia 28 ele também se reunirá com o Ministério da Educação em Brasília para complementar as discussões ocorridas em Itaituba. "O MEC também pode reforçar a demanda pela recontratação, isso já ocorreu em outros municípios". O procurador explica que, logo após as demissões, o MPF enviou um ofício à prefeitura de Jacareacanga demandando explicações sobre as demissões, mas as respostas foram vagas e inconsistentes. "Na recomendação que será enviada aos órgãos competentes em Jacareacanga daremos um prazo de 20 dias para recontratação de todos os demitidos", afirma o procurador.

Os professores demitidos comemoraram o parecer do procurador. "A gente falava para o governo do município que essa demissão era ilegal, mas eles não acreditavam. Dessa vez foi o procurador que falou. Eles vão ter que recontratar os professores. Nós vamos vencer essa luta, que também significa garantir o futuro das nossas crianças, que já estão tanto tempo sem aula", afirma um dos professores demitidos.

Três meses de reivindicação. Clima de tensão só aumenta

Os Munduruku estão desde o início de fevereiro reivindicando o retorno dos professores às atividades nas aldeias. Após denunciarem a situação ao Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Fundação Nacional do Índio e Ministério da Educação, em fevereiro, em março os Munduruku trancaram e declararam suspensão das atividades na Secretaria de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

Educação Cultura e Deporto de Jacareacanga. Após dois dias a secretaria foi reaberta sem a readmissão dos professores.

No início deste mês, após quase três meses da demissão, os indígenas fizeram várias manifestações em frente a Secretaria de Educação de Jacareacanga. Devido às manifestações, em uma ação anti-indígena, integrantes do poder público local, junto com garimpeiros e comerciantes atacaram cerca de 20 indígenas com paus, pedras e rojões, alegando que os Munduruku teriam ateado fogo na casa de apoio aos professores. O ataque fez com que o MPF intervisse pedindo atenção da Polícia Federal e Polícia Militar sobre a situação da cidade.

Os indígenas pedem rapidez na apuração das investigações e reafirmam suas reivindicações: "Não tem motivo nenhum para colocar fogo na casa dos professores. Não estamos contra a população de Jacareacanga. Queremos justiça e queremos nossos direitos. Queremos a volta dos professores às escolas", afirma um guerreiro Munduruku.

Foto: Mauricio Torres



Indígenas Tupinambá ocupam o Pólo Base da Sesai em Ilhéus
SÍTIO CIMI, 22.05.2014

Cansados de promessas não cumpridas e revoltados com o descaso da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), cerca de 100 indígenas do povo Tupinambá de Olivença ocuparam por volta de 8h da manhã, o Pólo Base de Ilhéus no dia 20 de maio. Os indígenas da etnia Tupinambá que participam da ação, representam cerca de 23 comunidades e cobram há mais de um ano melhorias na questão da saúde.

Os Tupinambá reclamam da falta de abastecimento de água potável, pois hoje precisam usar água de riachos e fontes que estão contaminadas, o que vem aumentando sensivelmente o número de doenças de pele, verminoses, diarreia e outras enfermidades provenientes desta situação. Soma-se a este problema, a carência de atendimento adequado por parte dos médicos, que muitas vezes têm que atender seus pacientes em casas de farinhas, embaixo de árvores, ou seja, em lugares totalmente inapropriados para estes atendimentos, o que agrava ainda mais o problema.

As lideranças afirmam que só desocuparão o Pólo Base após terem certeza que suas reivindicações serão aceitas. Ainda na tarde de ontem, a coordenadora da Defensoria Pública, em Ilhéus esteve no Pólo Base e se reuniu com as lideranças. Durante o encontro foram apresentadas as reivindicações e as demandas das comunidades indígenas afetadas pela desassistência na saúde.

A defensora pública lembrou que estas mesmas reivindicações foram feitas há anos atrás para a então coordenadora do DSEI, Nancy Filgueiras, entretanto, desde então nada foi feito para os indígenas. Aguardado pelas lideranças, o coordenador do Distrito Sanitário Indígena da Bahia (DSEI), Jerry Matalawê compareceu ao local e se reuniu com os indígenas até 4h da manhã de hoje, 22 de maio.

As lideranças voltaram a se reunir com os representantes da Sesai hoje e com o coordenador estadual da DSEI, Jerry Matalawê, com objetivo de fechar os acordos sobre as reivindicações dos indígenas, assim como a assinatura de documentos. As lideranças afirmam que se forem "enrolados" mais uma vez, voltarão a ocupar o Pólo Base de Ilhéus. "Estamos cansados desta enrolação que o governo vem fazendo com nossas comunidades. É muito dinheiro sendo gasto, e nosso povo está morrendo à míngua. Não vamos mais tolerar esta situação". Reiteraram as lideranças presentes na manifestação.

Desde a manhã desta quarta-feira, 21, cerca de 200 pataxó ocupam a Diretoria Regional de Educação, Cultura e Cidadania (Direc) 9, município de Teixeira de Freitas, extremo sul da Bahia. O movimento pede transporte escolar de qualidade e o fim das indicações políticas nas licitações de empresas que fazem este serviço. Por conta disso, os pataxó exigem a exoneração do atual coordenador do Direc-9 e que o cargo seja exercido com o compromisso de atender a demanda das comunidades, não de políticos e seus partidos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

Itabuna, 22 de maio de 2014

Conselho Indigenista Missionário



“Agricultura aprova anulação da posse de terra ao grupo indígena Kaingang” [Heinze PP-RS]

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.05.2014

Maria Neves, Câmara de Notícias

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (21) o Projeto de Decreto Legislativo 1261/13, que anula a Portaria 3.895/04, do Ministério da Justiça, que concede a posse permanente do território Rio dos Índios ao grupo indígena Kaingang. De acordo com o autor, Luis Carlos Heinze (PP-RS), a reserva tem aproximadamente 715 hectares e localiza-se no município de Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul.

Na opinião do relator, deputado Josué Bengtson (PTB-PA), a portaria é inválida porque não se configura como simples ato administrativo. “Pelo contrário, a portaria tem natureza jurídica de ato normativo, pois atinge os particulares, e mais, cria e extingue direitos”, afirma.

Bengtson diz ainda que o ato ministerial oculta sua natureza normativa, pois impõe aos cidadãos não índios obrigações, deveres e a perda de seus bens. “Todas as operações de compra e venda realizadas no correr dos anos passam a ser consideradas nulas, a partir do momento em que as respectivas áreas são reconhecidas como terras indígenas”, destaca.

Heinze sustenta que a portaria ministerial foi “instruída com laudo antropológico dúbio que sobrepõe a terra indígena a propriedades com escrituras públicas assinadas pelo Estado há mais de um século”.

Tramitação

O texto ainda será analisado pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.

Íntegra da proposta:

PDC-1261/2013

Edição – Marcos Rossi



Governo federal barra ação do MPF que garantia indenização a proprietários de área em terra indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.05.2014

Apontada como solução do conflito fundiário em MS pelo ministro da Justiça, indenização não é adotada na prática

Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) acatou recurso da União e suspendeu liminar da Justiça Federal de Naviraí (MS) que bloqueou R\$ 20 milhões do orçamento federal para o pagamento de indenizações aos donos das fazendas localizadas na Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã, sul do estado.

Conforme a nova decisão, a liminar concedida ao Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul (MPF/MS), em 19 de dezembro passado, foi suspensa porque “não existe norma que permita o sequestro das verbas previstas em item da lei orçamentária, como autorização de despesa”.

O montante estava previsto na Lei Orçamentária de 2013 e não foi aplicado durante todo o ano, por isso poderia se perder com o encerramento do exercício financeiro. Segundo argumentou o MPF, “não se pode admitir que, diante da imensa necessidade de implementação de soluções aos conflitos agrários, as verbas alocadas – por meio de árduo trabalho de diversos atores sociais – sejam perdidas em razão da incapacidade do Estado em empregar esses recursos para a garantia de territórios aos povos indígenas e para a satisfação dos direitos dos portadores de títulos”.

A decisão liminar da Justiça havia determinado que o dinheiro continuasse vinculado ao pagamento das indenizações, sob pena de multa de R\$ 1 milhão. O bloqueio da verba deveria evitar acirramento do conflito entre índios e fazendeiros e criar uma via de negociação para a demarcação definitiva da Terra Indígena Yvy Katu.

União adota estratégia contraditória

O recurso da União foi contra o bloqueio de verbas federais para indenizar os proprietários com áreas incidentes sobre a Terra Indígena Yvy Katu, reconhecida e demarcada pelo próprio governo federal. Ao mesmo tempo em que recorre para não indenizar os proprietários, a União mantém um fórum de discussão com participação de índios, produtores e órgãos públicos de Mato Grosso do Sul, buscando justamente viabilizar uma forma legal para indenizar os produtores que têm suas terras reivindicadas pelos indígenas.

Para o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida, esta é uma clara

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

contradição. “A efetiva solução da questão fundiária em Mato Grosso do Sul passa, necessariamente, pela coordenação das ações intragovernamentais. Os argumentos trazidos à juízo são frontalmente diversos do discurso de busca de soluções consensuais apresentados”.

O fórum foi criado pelo governo federal após a morte de Oziel Terena, em maio do ano passado, durante reintegração de posse da Fazenda Buriti, ocupada por indígenas terena em Sidrolândia (MS). Após várias reuniões, em agosto foi definida uma lista de áreas prioritárias para demarcação como terras indígenas, o que incluiria a indenização dos proprietários pela terra nua e pelas benfeitorias.

Proprietários, lideranças indígenas e comissões formadas se reuniram outras cinco vezes desde então para definir os valores a serem pagos. No entanto, até o momento, nem a compra da fazenda Buriti, autorizada pelo Governo Federal em junho de 2013, foi efetuada.

Referência Processual na Justiça Federal de Naviraí 0001628-72.2013.403.6006

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Marcelo Christovão

Alexandre Anderson: "Hoje a baía de Guanabara vive um apartheid. Somos criminalizados, nos tiram o direito de ir e vir"
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.05.2014



Alexandre Anderson é defensor dos direitos de pescadores e pescadoras e está há 561 dias longe casa, sem garantia de segurança, longe da família, amigos e companheir@s de luta. Além disso, a sede da Associação de Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) está fechada.

Confira a entrevista que ele deu à Revista IDEAS
(<http://r1.ufrjrj.br/cpda/ideas/revistas/v07/nesp/11.EntrevistaAlexandreSouza.pdf>).



Festival Sabores do Brasil Sesc celebra a gastronomia indígena, neste domingo (25)
SÍTIO FLORIPA NEWS, 22.05.2014

A segunda edição do ano, do Festival Gastronômico Sabores do Brasil, que traz cardápios temáticos e programação cultural diferenciada aos Restaurantes do Comércio do Sesc em Santa Catarina acontece neste domingo, 25 de maio, no horário do almoço.

O Festival que celebra a diversidade dos povos que influenciaram a gastronomia catarinense e culminou nas refeições ainda mais fartas e apetitosas na mesa dos catarinenses este mês têm no cardápio a cozinha indígena, em homenagem aos primeiros habitantes do território catarinense.

De acordo com a Coordenadora de Saúde do Sesc, Jéssica da Luz Pereira Pucci, Santa Catarina possui uma gastronomia única, madura, capaz de agradar tanto os que prezam uma boa comida convencional como aqueles que não abrem mão de ousar na cozinha e experimentar o novo. "Poucos lugares no mundo apresentam tamanha variação no cardápio e esta diversidade concede ao visitante a oportunidade de conhecer cada recanto do estado por meio de seus sabores. Por meio da gastronomia, promovemos uma viagem que inclui desde a mesa farta dos italianos aos prazeres culinários diferenciados do oriente. Da comida forte dos alemães à gostosa simplicidade dos indígenas".

Nos próximos meses poderão ser apreciados pratos da culinária açoriana (junho), africana (julho), Polonesa (agosto), Sírio-Libanesa (setembro), Alemã (outubro) e japonesa (novembro). O público poderá degustar deste mosaico cultural e gastronômico de Santa Catarina – variado, democrático, multicultural e saboroso.

Confira o cardápio deste mês:

Paçoca de carne

Peixe ensopado com leite de coco

Banana frita com castanhas

Pão de aipim com carne seca

Purê de inhame e batata-doce

Mousse de açaí

Canjica

Restaurantes em Florianópolis:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

-
- Sesc em Florianópolis (Prainha): Trav. Siryaco Atherino, 100 – Centro. Fone: (48) 3229-2200
 - Sesc em Florianópolis (Estreito): Rua Santos Saraiva, 289 – Estreito. Fone: (48) 3244-1370
 - Hotel Sesc em Cacupé, em Florianópolis: Rod. Haroldo Soares Glavan, 1670 – Cacupé. Fone: (48) 3231-3200

› FONTE: Imprensa SESC



Professor da UFGD participa de grupo de trabalho para criação de CNV

SÍTIO CAPITAL NEWS, 22.05.2014

Em 2012 o governo Federal nomeou sete representantes para compor a Comissão Nacional da Verdade (CNV), responsável por apurar denúncias de violações de direitos humanos realizadas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988. O trabalho da CNV será concluído com um relatório a ser entregue em maio de 2014.

Ao longo desses dois anos de atividade da CNV, povos indígenas de todas as regiões brasileiras foram ouvidos. Contudo, ao longo das atividades de coleta de denúncias em todo o Brasil, os membros da CNV constataram a necessidade de haver um trabalho mais intenso na busca de relatos das populações indígenas.

Nesta semana, um grupo de pesquisadores e pessoas que contribuíram com as atividades da CNV estão reunidos para debater o documento final que será entregue pela CNV ao governo federal, e também para discutir a criação de uma comissão especial para apurar denúncias dos povos indígenas.

O Professor Neimar Machado de Sousa, da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (FAIND/UFGD), está em Brasília colaborando com a Comissão Nacional da Verdade na finalização do documento que relata as violências sofridas pelos povos indígenas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No documento constam, entre outros dados, as informações coletadas durante as duas audiências públicas realizadas na UFGD, nas quais representantes dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul fizeram o relato sobre as ações e omissões do Estado brasileiro no período entre 1946 e 1988.

O dossiê da CNV também traz a comparação com as violações sofridas pelas etnias em outros estados, além de desenvolver uma metodologia conjunta para apuração dos casos e registro das entrevistas mediante técnicas da história oral e etno-história.

(Fonte: UFGD)



Cidade vira campo de batalha entre PMs e Índios

SÍTIO A REDE, 22.05.2014

Índios cercaram policiais em frente ao fórum da cidade. A Tropa de choque de Ponta Grossa foi acionada para intervir.

A Polícia Militar e indígenas da etnia Kaingang da Reserva de Queimadas em Ortigueira, cidade dos Campos Gerais estão em conflito. Durante a tarde de ontem (21) um confronto quase terminou em tragédia na cidade. Tudo por conta de um índio, que está sendo acusado por homicídio. Contra ele vigora um mandado de prisão expedido pelo Promotor de Justiça da cidade.

De acordo com a Polícia Militar, há dois meses o índio vendeu uma moto roubada para um fazendeiro, que ao descobrir a origem da motocicleta. Ao tentar devolver o veículo na aldeia, o indígena teria ficado ofendido. Ele teria ido até a fazenda do comprador e o matou à tiros.

A equipe da Polícia Militar da cidade, foi até a aldeia dos índios Kaingang cumprir o mandado, na manhã de ontem (21). Porém, segundo informações, o índio fugiu pela mata. Mas não antes de trocar tiros com os policiais. A equipe voltou a cidade e foi ao Fórum. Porém, na saída do local, eram esperados por praticamente toda a aldeia de Queimadas, que queriam linchar os policiais. Segundo informações da PM, os policiais tiveram que fugir do local.

Mais informações dão conta que cerca de 100 índios foram até a casa de um dos PMs tentar encontrá-lo e deixou a vizinhança em desespero. A situação só foi acalmada com a chegada da Tropa de Choque de Ponta Grossa, que foi até a cidade auxiliar o destacamento da cidade.



Apesar das adversidades, ribeirinhos nem cogitam abandonar o Pantanal

SÍTIO CAPITAL NEWS, 22.05.2014

A vida dos ribeirinhos no Pantanal sul-mato-grossense é cercada de provações. Na região da Boca do Paraguai Mirim, por exemplo, o cotidiano é todo pautado pelo Rio Paraguai. É dele que a maioria absoluta das famílias tira seu sustento, seja da pesca ou da coleta de iscas vivas. Até a pecuária e a agricultura dependem diretamente do rio.

Na época da cheia, como agora, nenhuma das duas atividades avança, já que as águas ocupam praticamente todo o campo. Só os aterros (levantados há décadas) e alguns poucos locais mais altos conseguem escapar parcialmente da inundação. "É assim sempre", garante Edemilson Pereira Nascimento, de 36 anos.

"Às vezes enche mais, como nesse ano. Ai a água vai com tudo pra dentro de casa, como tá agora", continuou o ribeirinho, nascido e criado às margens do Paraguai. Apesar da adversidade, ele nem cogita deixar o Porto 15 de Março, onde mora com a esposa Rosângela Arruda e mais quatro filhos.

"A gente vai levando como dá. E tem esse povo da Prefeitura que acaba ajudando muito", disse. Edemilson se refere à equipe do Povo das Águas, programa social mantido pela Prefeitura de Corumbá e voltado especificamente para a população ribeirinha. Durante todo o ano um grupo de médicos, dentistas, vacinadores, assistentes sociais, professores, agentes de saúde e profissionais de outras especialidades visita todas as regiões do Pantanal corumbaense.

No último fim de semana, uma ação emergencial socorreu os moradores do Paraguai Mirim. Antes, a equipe já tinha levado o trabalho social para a Barra do São Lourenço, outra localidade bastante castigada pela cheia. As duas viagens tiveram o apoio fundamental do 6º Distrito Naval, que disponibilizou o navio de guerra Piraim e sua tripulação de 23 homens para o atendimento dos ribeirinhos.

Na última viagem, além de muitas casas embaixo d'água, os funcionários da Prefeitura e os militares da Marinha também encontraram histórias emocionantes, como a da jovem Helena. Com apenas 13 anos, ele trouxe sua primeira filha ao mundo sem ajuda de ninguém. Ela encarou todo o trabalho de parto sozinha, numa pequena casa onde não existe luz elétrica e nem água encanada.

O bebê, de apenas uma semana, passa bem. Ele foi examinado pelo médico e a enfermeira do Programa Social e na próxima ação deve receber as primeiras vacinas.

Aos 39 anos, Juliana Rosa também teve seu sétimo filho no meio do Pantanal. A pequena Olga Maria, com 22 dias de idade, é outra que esbanja saúde. "Todos meus filhos nasceram aqui, com ajuda da minha comadre Fátima", relatou a pescadora.

CONT.



O principal problema de saúde detectado na região da Boca do Paraguai Mirim foram as micoses, principalmente nos pés, uma consequência natural para o longo período que passam mergulhados dentro da água. Diferentes tipos de medicamentos foram distribuídos para a população ribeirinha, que também foi medicada contra verminose, outra doença diretamente ligada à cheia.

A coceira no pé acabou pegando o pequeno Danilo de Arruda Alves, 5 anos, que vive na Baía Vermelha com os irmãos e os pais. No último sábado, 17 de maio, todos foram até o navio Piraim para pegar sua cesta básica, o kit com legumes e verduras, lona e remédios. Tímido, Danilo foi, aos poucos, mostrando o que já aprendeu na Extensão Paraguai Mirim da Escola Municipal Pólo Porto Esperança. Mais a vontade, ele revelou o que pretende ser quando crescer. “Quero ser pegador de pintado igual meu pai”, afirmou sem a menor dúvida.

Bem mais experiente, Onésimo Toledo ostenta a força de quem toca sozinho uma pequena fazenda localizada na Baía do Bonfim. “Estou aqui há quase 30 anos, mas bem antes disso já estava no Sucuri (outra região localizada próxima ao Paraguai Mirim)”, contou.

Aos 70 anos, ele e a esposa Jacyra Francisca Toledo, 69, quase não vêm mais à cidade. “A última vez foi na eleição. E neste ano quero ir de novo pra votar, faço questão”, continuou o alegre senhor. Enquanto a equipe médica media pressão e separava os remédios dele e da esposa, Onésimo contou muito dos causos da região, como a lida constante com as onças.

“Nessa época de cheia a gente escuta ela urrando aqui perto. Ai os cachorros latem e tentam acuá-la. O jeito é soltar foguete naquela direção pra ela ir embora. Ela assusta com o barulho e some por um tempo”, relatou.

Um dos cães da casa carrega no pescoço, as marcas do ataque do felino. “Aqui isso é normal”, afirmou o pantaneiro, que nem pensa em deixar o local. “Já tive várias propostas pra vender, mas enquanto tiver força, fico por aqui”, sentimento compartilhado por grande parte dos ribeirinhos.

(Da assessoria)

Fonte: Da Redação



Índio suspeito de homicídio troca tiros com policiais em Ortigueira

SÍTIO G1, 22.05.2014

*Situação ocorreu na quarta-feira (21), nos Campos Gerais do Paraná.
Após atirar, índio fugiu; outros indígenas se revoltaram e fizeram ameaças.*

Alana Fonseca Do G1 PR

Policiais e um índio trocaram tiros na Aldeia de Queimadas, em Ortigueira, na região dos Campos Gerais do Paraná, na tarde de quarta-feira (21). Segundo a Polícia Militar (PM), três policiais foram até o povoado para cumprir um mandado de prisão contra o indígena, suspeito de homicídio. Entretanto, ele reagiu, atirou e fugiu pela mata. Ninguém ficou ferido.

Ainda de acordo com a PM, outros índios da aldeia se revoltaram e fizeram ameaças. Então, os policiais retornaram para o Fórum de Ortigueira. Pouco tempo depois, dezenas de indígenas cercaram o local. A PM acredita que 40 índios ficaram na porta do fórum por cerca de 40 minutos. Eles só deixaram o lugar após uma conversa com o promotor de Justiça.

O Batalhão de Choque da Polícia Militar de Ponta Grossa e outros reforços da região foram chamados porque, segundo a PM, os índios ameaçaram invadir a cidade. Entretanto, até as 11h desta quinta-feira (22), a polícia não tinha registrado nenhum tumulto.



PF apreende arma usada por índios em morte de dois agricultores no RS
SÍTIO G1, 22.05.2014

Espingarda foi localizada no município de Faxinalzinho, na Região Norte. Dois irmãos agricultores foram mortos no dia 28 de abril na cidade.

A Polícia Federal apreendeu a arma que teria sido utilizada por indígenas para matar os dois agricultores em 28 de abril na Região Norte do Rio Grande do Sul. A espingarda foi localizada por agentes no município de Faxinalzinho, onde ocorreu o crime. As vítimas tentaram furar um bloqueio de índios em uma estrada de chão para abrir passagem a dois caminhões. Houve confronto e os produtores fugiram para um milharal. Eles foram mortos a golpes de facões, pauladas e tiros de espingarda, segundo a polícia.

Na segunda-feira (19), o Ministério Público Federal protocolou, nesta segunda-feira (19), na Justiça dois pareceres que pedem medidas liminares para agilizar a demarcação de terras indígenas em quatro municípios da Região Norte do estado. As solicitações afetam a Reserva do e Votouro-Kandoiam, entre Faxinalzinho e Benjamin Constant do Sul, além da Reserva do Passo Grande do Rio Forquilha, localizada em Cacique Doble e Sananduva.

De acordo com o MPF, os pareceres entregues ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) se referem a duas ações civis públicas. Em ambas, o pedido de agilização do processo demarcatório foi negado em primeira instância pela Justiça Federal, que recomendou "cautela e parcimônia, sem atropelo de fases procedimentais", além de "solução que atenda, pelo menos em parte, a todos os envolvidos". A decisão também considerou que o deferimento das liminares provocaria eclosão de "grave conflito social".

Entretanto, a autora dos pedidos, a procuradora Maria Hilda Marsiaj Pinto, argumenta ao TRF4 que o objetivo não é retirar imediatamente os atuais proprietários das terras, mas sim impor agilidade. De acordo com ela, nos municípios de Cacique Doble e Sananduva, por exemplo, os índios solicitaram à Fundação Nacional do Índio (Funai) o reconhecimento da terra em 2004 e "há vários anos postulam agilidade no processo". Os trabalhos de demarcação, segundo o MPF, começariam em 2013, mas a atividade foi impedida pelos agricultores, que bloquearam vias de acesso.

Já no caso da Votouro-Kandoia, o MPF aponta que o trabalho de identificação começou em 2003 e terminou em 2007, "reconhecendo a ocupação tradicional da comunidade". O processo administrativo foi encaminhado ao Ministério da Justiça em 2012 e, desde então, aguarda análise, destacou o órgão.

O conflito por demarcação de terras envolve cerca de 200 famílias de indígenas e 140 de agricultores, de acordo com dados da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Ao todo, são 2.734 hectares em disputa em Faxinalzinho.

CONT.



Mortes de agricultores e tensão por terras

No dia 28 de abril, dois agricultores foram mortos próximo à estrada que liga Erval Grande a Faxinalzinho, no norte. Segundo a Brigada Militar, as vítimas tentaram furar um bloqueio imposto por indígenas em estradas da região para reivindicar a demarcação de terras.

Os irmãos queriam abrir passagem para caminhões carregados com ração. Houve discussão, e os produtores fugiram para um milharal, onde foram mortos a golpes de facões, pauladas e tiros de espingarda.

No mês passado, o MPF divulgou uma nota pública apontando que o risco de confrontos entre agricultores e indígenas "eram previstos e evitáveis se o governo federal não houvesse optado pela omissão proposital". O órgão destacou que há mais de um ano uma portaria declaratória sobre o impasse na região está na mesa do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para ser assinado.

Dias depois, o ministro se manifestou pela primeira vez sobre os conflitos. Cardozo negou omissão e disse que vai insistir na solução pacífica para os problemas no estado. "A postura do Ministério da Justiça não é de omissão. É de ação, na perspectiva de conciliação, da paz, da solução pacífica para o conflito. O ideal é que façamos a mesa de diálogo, vou insistir que se façam as mesas de diálogo, porque as pessoas têm uma falsa ilusão de que assinando ou não uma portaria você resolve o problema. Isso é falso", afirmou na ocasião.



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

Seir realiza oficinas para lideranças de comunidades remanescentes de quilombos
SÍTIO 180 GRAUS, 22.05.2014

A Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial (Seir) realiza, nestas quinta (22) e sexta-feiras (23) e sábado (24), oficinas sobre regularização fundiária voltada para lideranças das comunidades quilombolas que estão em processo de auto definição, certificação e titulação, dos municípios de Cajari, Viana e Penalva.

O objetivo da atividade é promover o fortalecimento da identidade étnico-racial e do protagonismo social das comunidades em processo de auto definição, certificação e titulação, através de capacitação das lideranças comunitárias remanescentes de quilombos, que inclui orientações sobre os passos para o processo de regularização fundiária e elaboração dos históricos sociais das comunidades.

Publicado Por: Igor Leonardo



Dupla xavante lança CD na Casa do Parque

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 23.05.2014

Sandra Carvalho
Da Assessoria

Heitor Villa-Lobos incorporou ao seu repertório musical o som das aldeias. Miguelio Hãwi e Paulo Rãirité fazem o percurso inverso: levam o som da cidade para a aldeia.

De forma brilhante, tal qual o maestro e compositor carioca, a dupla formada por índios da etnia Xavante, autodenominada A'uwé, da aldeia Santa Clara, terra indígena Parabubure, em Campinópolis (MT), lança o CD "Tsidupo" na Casa do Parque às 19h de hoje, em Cuiabá. A entrada é gratuita.

O local estará totalmente ambientado para a apresentação da dupla Xavante, o que inclui, além de artesanato e indumentárias indígenas, fotos produzidas e cedidas por Antônio Carlos Banavita.

Vai ser uma verdadeira viagem ao rico e exótico universo musical indígena, que começa a sair do anonimato para surpreender e encantar os apaixonados pela diversidade cultural que moram na cidade.

A idealizadora da Casa do Parque e produtora de Tsidupo, Flávia Salem, confessa seu encantamento pelo material e o prazer de lançar a dupla no espaço cultural mais eclético de Cuiabá. "Tenho certeza que a plateia se sentirá privilegiada em assistir a apresentação ao vivo de Miguelio e Paulo como eu me senti ao transformar as lindas canções neste CD que será lançado. É uma oportunidade ímpar conhecer a meiguice que existe ao lado do instinto guerreiro dos Xavantes", observa.

A historiadora Anna Maria Ribeiro Costa relata que o universo da música indígena Xavante, ainda tão pouco explorado pelos não indígenas, se faz presente na composição dos primos da dupla Tsidupo, que intercalam às suas vozes instrumentos musicais tradicionais — flauta e chocalho — e o violão.

SERVIÇO

O QUE: Lançamento do CD "Tsidupo", da dupla xavante Miguelio Hãwi e Paulo Rãirité.

QUANDO: Hoje, às 19h.

ONDE: Casa do Parque (Marechal Severiano de Queiroz, nº 455, próximo à entrada dos fundos do Parque Mãe Bonifácia).

QUANTO: acesso livre.



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

Manifesto da Federação Espírita Brasileira a respeito da decisão da Justiça sobre religiões de matriz africana

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.05.2014



Enviada para Combate Racismo Ambiental por Eva Bahia.



No MA, operação combate extração ilegal de madeira em terras indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.05.2014

Em Grajaú, agentes encontraram serraria cheia de madeira em toras. Empresa não comprovou origem legal, nem inventário do estoque.

Do Globo Rural

A Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão fechou serrarias que extraíam madeira ilegalmente de áreas de reserva indígena.

No município de Grajaú, os agentes ambientais encontraram o pátio de uma serraria cheio de madeira em toras. A empresa, segundo os fiscais, não comprovou a origem legal da madeira, nem o inventário do estoque, por isso, foi multada em R\$ 50 mil.

Os fiscais medem os estoques das serrarias e cruzam os dados com a contabilidade das empresas. A intenção é rastrear a madeira extraída ilegalmente das terras indígenas.

O Corpo de Bombeiros e uma Tropa de Operações Especiais da Polícia Militar fazem a escolta dos agentes ambientais durante a inspeção nas madeireiras.

Grajaú está localizado no bioma amazônico e está entre os 10 municípios que mais desmatam no país, tendo perdido 18% das florestas. Na primeira semana da operação, os fiscais encontraram estoques irregulares de madeira em cinco serrarias e em 25 movelarias. Todas foram atuadas.

“No nosso caso, a gente faz as penas administrativas, multas, embargos, notificações e tudo é encaminhado para o Ministério Público e para a delegacia e lá, os procedimentos penais entram em andamento”, explica Naiara Valli, superintendente de fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente.

Nenhum representante das serrarias lacradas quis comentar a ação dos fiscais do Meio Ambiente do Maranhão.



AL – S. Laelson, quilombola de Muquém, terá peças expostas durante a Copa do capital

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.05.2014

Por Daiane Souza/Fundação Cultural Palmares

Foi aos sete anos de idade que José Antônio da Silva, conhecido como seu Laelson, começou a produzir as peças em cerâmica entre as quais se destacam as hoje conhecidas como “Cabeça de Guerreiro Negro do Quilombo dos Palmares”. Dada a importância histórica e cultural, 50 peças feitas pelo quilombola de Muquém, Alagoas, estarão expostas e disponíveis para comercialização nos espaços Fifa Fan Fest e espaços culturais de sete cidades-sede dos jogos durante a Copa do Mundo.

A possibilidade surgiu do projeto Vitrines Culturais, coordenado pela Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura, em parceria com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República. Agradecido, ele não deixa de recordar a todo instante a participação da Fundação Cultural Palmares em sua conquista. “Foi o pessoal da representação aqui de Alagoas que confiou no meu trabalho e me inscreveu”, explicou seu Laelson.

Maria José da Silva, representante da FCP no estado, destacou que às vezes é preciso intervir e estimular para que pessoas como ele tenham coragem de apostar em seus talentos. “Ele tem ideia da sua importância enquanto difusor cultural quilombola, mas tem medo de que as pessoas de fora não compreendam esse valor”, disse.

De acordo com ela, a gratificação está na valorização da cultura e no aumento da auto estima de seu Laelson com o resultado. “Estou muito alegre por essa oportunidade. Vou representar meu quilombo, meu estado, meu país”, disse seu Laelson, que hoje tem 62. “Não vou dizer que é a realização de um sonho, porque é mais do que sempre sonhei”, completou.

Embaixador da cultura tradicional - Motivo de orgulho para um dos mais importantes quilombos do Brasil (por se localizar na área onde viveu o líder Zumbi dos Palmares há cerca de 350 anos), seu Laelson participa pela primeira vez de um projeto com dimensão internacional. “Só Deus explica”, atribui o mestre artesão àquele que lhe deu tal sabedoria e o poder de “falar com as mãos” esculpindo os traços da própria identidade.

As peças em argila são produzidas a mão. Quando criança o quilombola observou seus pais e avós e começou a criar algumas peças, entre elas as panelas de barro. Com o tempo, as produções foram ganhando personalidade e hoje têm papel fundamental quando o assunto é representar o Muquém, uma vez que algumas das esculturas são inspiradas nos próprios moradores e que cada peça nova recebe um nome de batismo.

Na tarde dessa quarta-feira (21), um representante da FCP/Alagoas buscou na casa de seu Laelson as 50 peças para encaminhá-las ao projeto. Da porta, ele se despediu com a emoção de quem vê um filho partir em busca de outros horizontes. “Mas sempre representando nós que ficamos”, concluiu.



Dossiê sobre as mineradoras é entregue ao Cardeal Maradiaga

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.05.2014

Um dossiê preparado em parceria com o SINFRAJUPE sobre a degradação ambiental causada pela ação das mineradoras foi entregue ao Cardeal Oscar Rodríguez Maradiaga, arcebispo de Tegucigalpa, coordenador do grupo de oito cardeais que estão refletindo sobre as reformas na Cúria Romana.

A entrega aconteceu durante o Congresso de Missão e Evangelização, em Roma. O Cardeal Maradiaga foi um dos assessores do Congresso. Ao final de sua fala, o Secretário de Missão e Evangelização da PSC, frei Vicente Ronaldo, entregou-lhe o dossiê.

Segundo frei Vicente, o Cardeal se prontificou a entregar pessoalmente ao Papa Francisco toda a documentação.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



PE – Justiça Federal condena Compesa a restaurar 37 estações de tratamento de esgoto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.05.2014

Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5

O juiz federal titular da 2ª Vara Federal, Francisco Alves dos Santos Júnior, condenou a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), obrigando-a a restaurar 37 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) do Estado. O juízo determinou ainda que a companhia deverá realizar as obras em até cinco anos, de acordo com cronograma apresentado pela própria Compesa, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 10 mil por cada ETE não recuperada dentro do prazo.

Em 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) entrou com ação contra a Compesa, solicitando que o tratamento de esgoto fosse adequado aos padrões ambientais exigidos pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). De acordo com laudos técnicos do Ibama, os dejetos estavam sendo lançados nos rios e no solo sem nenhum tratamento ou com tratamento deficiente, em rios como o São Francisco, Beberibe, Jiquiá, Timbó, Ipojuca, São Domingos, Una, Paratibe, Morojozinho e Formoso.

Em vistorias realizadas pelo Ibama e pelo CPRH, foram verificadas falta de manutenção nos ETEs Abençoada por Deus, Apipucos, Barra de Jangada, Cabanga, Dom Hélder, Peixinhos, Rio Formoso, Saramandaia, Moreno, Nazaré da Mata, Jardim Planalto, Janga, Jardim Paulista, Jardim Uchôa, Caçote, Mangueira, Engenho do Meio, Roda de Fogo, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru I e II, Petrolina Loteamento Recife, Petrolina – Manoel dos Arroz, Petrolina – Cohab IV, Petrolina Cohab VI, Petrolina Porto Fluvial, Petrolina – Rio Corrente, Petrolina – João de Deus, Petrolina – Ouro Preto, Petrolina – Vila Marcela, Praia Grande, Rua do Rio, Parque Capibaribe, Sirinhaém, Vila Buriti II, Vila Cardeal e Vila Felicidade. Em algumas, foi constatado equipamentos imprescindíveis ao tratamento quebrados, como reatores, decantadores e filtros, além do leito de secagem tomado pelo mato.

A Compesa já havia sido oficiada pelo Ibama a prestar esclarecimentos sobre as condições de funcionamento de suas ETEs em 2011, mas não teria respondido aos três ofícios que lhe foram enviados. Um ano antes, em 2010, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) também teria lavrado contra a companhia dois autos de infração, pois foi verificado o despejo de esgoto sem tratamento no bairro do UR-07, Zona Sul do Recife e no bairro do Cedro, em Caruaru.

“A própria Compesa confessa que vem causando danos à natureza, jogando nos rios e mares que banham o Estado de Pernambuco detritos de esgotos sem tratamento, tratamento esse que é obrigada a fazer, para o que recebe a integralidade da receita de uma contribuição social paga pelos pernambucanos, denominada taxa de esgoto”, destacou o magistrado.

Ação Civil Pública nº 0012176-78.2011.4.05.8300



Justiça mantém cobrança de ITR sobre terras quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.05.2014

Por Adriana Aguiar, Valor

Depois de uma longa batalha, os moradores de dez comunidades quilombolas da região de Abaetetuba, a 55 quilômetros de Belém (PA), conseguiram, em 2002, a titularidade coletiva de uma área de 11 mil hectares. Mas foram surpreendidos com a cobrança de uma dívida para eles impagável: cerca de R\$ 15 milhões de Imposto Territorial Rural (ITR). Inscritos como devedores, apesar de a terra ter sido doada, não poderão participar, ao menos por enquanto, do programa Minha Casa Minha Vida Rural, apesar de reunirem a documentação necessária para obter financiamento que beneficiaria 500 famílias com moradias.

A cobrança do imposto tinha sido iniciada pela União em 2011, mas foi suspensa por liminar da Justiça Federal em maio de 2012. Porém, a decisão foi revogada no fim de abril pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. Por uma questão processual, o desembargador federal Luciano Tolentino Amaral, suspendeu a liminar. O magistrado entendeu que, como a dívida já tinha sido executada pela União, seria impossível suspendê-la.

No processo de execução, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) argumenta que a Lei do ITR (Lei nº 9.393, de 1996) não inclui as terras quilombolas entre as isentas do imposto e pede a penhora de bens das comunidades – no caso, a própria terra. O órgão, porém, reconhece que não deveria cobrar o imposto das comunidades e para solucionar o problema editou um parecer para tentar encerrar a cobrança (leia ao lado).

A nova decisão judicial que derrubou a liminar gerou frustração aos descendentes de escravos da região de Abaetetuba. "A região Norte nunca teve um projeto grande de habitação como esse. Agora que ele chega, que temos nossa terra regularizada, não podemos participar. Isso é muito ruim para nós", diz Edilson da Conceição Côrrea Cardoso da Costa, coordenador da Associação das Comunidades Quilombolas da Ilha de Abaetetuba. "Não entendemos qual a razão e o tamanho dessa dívida. Não temos como pagar." A maioria dos moradores vive da extração do açaí e da mandioca, além da pesca e produção de artesanato em cerâmica, com um rendimento de menos de um salário mínimo por mês.

União cobra no Judiciário cerca de R\$ 15 milhões das comunidades quilombolas da região de Abaetetuba (PA)

A execução ainda pode ser anulada judicialmente, segundo o advogado Francisco Giardina, do Bichara, Barata & Costa Advogados, que atua gratuitamente em defesa da comunidade. "Se tiverem uma decisão favorável, a execução fica suspensa novamente", afirma Giardina. Para o advogado, os fundamentos dessa cobrança são absurdos. "Essa associação não tem condições de arcar com uma dívida dessa envergadura."

A comunidade quilombola de Óbidos, no Pará, também responde por uma dívida de ITR, de
CONT.



aproximadamente R\$ 1 milhão, e obteve uma liminar para suspender a cobrança. A decisão foi concedida em dezembro pela juíza Célia Regina Ody Bernardes, da 21ª Vara Federal.

De acordo com a magistrada, embora não haja previsão expressa de isenção de ITR às terras quilombolas, há uma “imunidade implícita”, ao aplicar princípios constitucionais como a proteção do patrimônio cultural nacional, o pluralismo ético e cultural e a dignidade da pessoa humana. O processo também está sendo conduzido gratuitamente pelo escritório Bichara, Barata & Costa Advogados.

Para apoiar as comunidades, a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), que atua com os quilombolas da região desde 1989, foi em busca da defesa aos quilombolas na área tributária, agora realizada pelo escritório.

A advogada Carolina Bellinger, da comissão, afirma que, no caso de Óbidos, ainda há esperança de que essa liminar não seja derrubada. Isso porque o processo referente à comunidade ainda não está em fase de execução. “Fizemos uma pesquisa e a maioria das associações quilombolas existentes sequer conhece essa modalidade tributária e, quando sabem o que é, pensam imediatamente que são isentas”, afirma.

A comunidade quilombola de Oriximiná, também no Estado do Pará, enfrenta situação semelhante. Lá os moradores possuem uma dívida de R\$ 2 milhões por não pagar o ITR, em valores não atualizados. No entanto, ainda não há ação judicial em curso sobre o tema.



Índios bloqueiam BR-230 na Transamazônica

SÍTIO O XINGU, 23.05.2014

Um grupo de indígenas do Xingu bloqueia desde o início da manhã a rodovia Transamazônica, na altura do trevo do quilômetro 27, no sentido à Belo Monte, sudoeste do Pará.

De acordo com os próprios indígenas, 200 índios das etnias da Volta Grande do Xingu participam do ato.

O protesto visa chamar atenção da Norte Energia e Governo Federal quanto ao cumprimento de um acordo que deveria ter sido assinado em 2011. "Já são três anos e até agora a Norte Energia não quis assinar o termo de compromisso com os indígenas da Volta Grande. Só sairemos daqui depois que os presidentes da Norte Energia e Funai sentem conosco para negociar", disse Luiz Xipaia, um dos líderes do bloqueio.

A ocupação da rodovia só prejudicou os trabalhadores da usina de Belo Monte. "A rodovia não está fechada, apenas estamos impedindo que os carros da construtora da usina passe para seus canteiros, as pessoas que não fazem parte de Belo Monte podem transitar normalmente", explicou Luiz.

Segundo o CCBM, as obras estão sendo executadas de forma parcial, uma vez que parte do efetivo que mora em Altamira não conseguiu chegar até as frentes de serviços.



Cofa da leitura e escrita na escola indígena

SÍTIO ULBRA/TO, 23.05.2014

Despertar nas crianças o interesse pela leitura e escrita. Com este objetivo, desde o início deste ano, o projeto de extensão Cofa da leitura e escrita é desenvolvido na escola indígena Waikarnãse, localizada na Aldeia Salto, no município de Tocantínia (TO) a 90 quilômetros da capital Palmas.

Na entrevista, a professora Maria Aparecida da Rocha Medina, mais conhecida como Cidinha, conta ao (En)Cena sobre o despertar do projeto desenvolvido pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) e como são esses encontros com as crianças Xerente.

(En)Cena - Para entendermos, o que é o cofa? Por que o projeto tem esse nome?

Maria Aparecida - O Cofa é um artefato indígena, confeccionado com folhas de buriti. Ele é utilizado no transporte de mandioca, milho, banana e outros alimentos da roça para a aldeia. Quando cheio, passa-se a alça do cofa na testa e assim que é transportado.

Considerando o valor cultural e utilitário do cofa, colocamos o nome do projeto de "Cofa de leitura". Isso porque o cofa está sendo pouco utilizado, uma vez que a maneira dos indígenas não desenvolve mais as atividades tradicionais: plantar roça e transportar os alimentos. Muitos que antes viviam do cultivo da roça exercem funções que ocupam grande parte do tempo, como cargo de funcionários públicos, prestação de serviço em outras funções. Acabam por comprar grande parte dos alimentos consumidos na aldeia em supermercado das cidades de Tocantínia.

Professora Maria Aparecida apresentando o Cofa da Leitura às crianças indígenas. Foto: Arquivo do Projeto

Entretanto, para ressignificar o sentido do cofa e a sua importância no contexto cultural do povo Xerente, pensou-se em colocar esse nome do projeto, atribuindo ao tradicional cofa o artefato de transportar livros. Durante o momento de leitura na aldeia, a professora enche o cofa de livros e passa entre as crianças para que elas escolham o livro que desejam ler.

(En)Cena - E por qual motivo escolheu-se trabalhar com as crianças Xerente da escola indígena Waikarnãse?

Maria Aparecida - Nos 18 anos que estou em Palmas, o primeiro povo que tive contato foi com os Xerente. Embora tenha admiração e carinho pelos demais povos: Karajá, Javaé, Krahô, Apinajé, Krahô kanela, por meio do trabalho no Magistério Indígena. Mas é com os Xerente que o contato é mais frequente e a cada ano a nossa convivência se fortifica. Talvez seja por ser

CONT.



mais próximo a Palmas e a gente está sempre se encontrando. Seja em trabalho na aldeia com os alunos da Ulbra, seja em atividades culturais que venham desenvolver na universidade. Em nível de universidade, já são quase 10 anos de parceria. Nós levamos acadêmicos à aldeia, e de vez em quando, vem um professor indígena para vivenciar práticas didáticas e metodologias na universidade.

Além da estreita relação com o povo Xerente, por meio dos projetos e trabalhos acadêmicos, também passei um tempo na aldeia Salto Kripre, desenvolvendo minha pesquisa de mestrado. Esse contato mais direto de permanência convivendo com eles proporcionou-me rica experiência e grandes descobertas, antes eram apenas superficiais.

Durante a pesquisa com os professores e as observações em sala de aula, vi o desafio que é alfabetizar um Akwe, uma vez que as crianças são falantes da língua materna, portanto, alfabetizadas nas duas línguas.

A educação dos povos indígenas, tradicionalmente ágrafos era um atributo dos mais velhos que transmitiam os conhecimentos oralmente aos mais novos. Na cosmologia tradicional Xerente, segundo Medina (2013), ler era uma ação cotidiana de decifrar os sinais da natureza, o movimento das coisas e a relação destas com os espíritos protetores que os ajudavam a compreender ao menor sinal da natureza e interpretar os seus significados.

Com o acesso à sociedade ocidental e a intensa relação de contato fez-se adentrar a escrita e a leitura na cultura a partir da catequização, depois, como estratégia para dialogar com os brancos. E, atualmente, o acesso à leitura e a escrita são direitos garantidos da Constituição de 1988, por meio de uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural.

A leitura e a escrita, como em todas as modalidades e níveis de ensino é essencial para o desenvolvimento de habilidades e competências na formação de leitores e escritores, bem como no exercício de cidadania. Dessa maneira, é um processo em construção.

Na escola Xerente, as crianças são alfabetizadas na língua materna. Só a partir do 3º ano inicia-se o processo de construção da letro- escrita da Língua Portuguesa, embora o contato com a 2ª língua é uma constante na aldeia. Ao acessar os textos da 2ª língua no livro didático, elas deparam com leituras extensas e descontextualizadas da realidade sociocultural, dificultando ainda mais a compreensão, conforme declarou um professor indígena durante a minha pesquisa.

Encontro do projeto na Aldeia Salto. Foto: Arquivo do Projeto

Diante do exposto, uma maneira de contribuir com essa comunidade, a qual me acolheu e sempre está aberta às ações pedagógicas dos cursos de licenciaturas da ULBRA, foi desenvolver esse projeto em parceria com o cacique e diretor da escola e a e a equipe de professores. Sem eles é impossível alguém de fora desenvolver um projeto, principalmente quando se trata da leitura, considerando a língua e a cultura diferentes dos atores principais.

CONT.



Segundo os PCNs (1998), a leitura tem como finalidade formar leitores competentes, capazes de compreender o mundo e descrevê-lo por meio da escrita, em diferentes contextos socioculturais, onde o uso do texto tem o seu significado. Na sociedade ocidental, historicamente letrada, o exercício da leitura e da escrita sempre foram vistos como atributos de poder da classe dominante. Enquanto o "outro" conformava-se apenas com a codificação das frias letras do seu nome, desenhadas para legitimar o poder dos dominadores por meio do voto. Para os indígenas, apropriar dessas habilidades é escrever a sua própria história.

(En)Cena - De quais formas o projeto alcançará o objetivo de desenvolver a habilidade da leitura e escrita nestas crianças? Quais são as metodologias utilizadas?

Maria Aparecida - Sabemos que é na relação com a comunidade social que a criança desenvolve as múltiplas linguagens: corporal, verbal oral e não verbal e a escrita. A linguagem corporal e verbal é bem afluída nas crianças, o que facilita a escrita e a leitura. As crianças gostam de livros. Elas se encantam os livros, principalmente com relação às produções recentes de histórias e mitos na língua Akwen, escritos pelos próprios professores e lideranças Xerente. Essas produções estão inseridas na sala de aula e fazem parte do processo de formação de leitores.

Na 2ª fase do ensino fundamental são cobradas dos alunos a leitura e a escrita escolarizada. Como estes têm planos de prosseguirem os estudos, de certa maneira isso os estimula o envolvimento no projeto.

Por isso, acreditamos que esse projeto na escola indígena pode colaborar no desenvolvimento dessas competências, principalmente com as crianças do 4º e 5º anos, os quais são mais exigidos quanto a leitura, a compreensão e interpretação de textos nos anos seguintes. Nesse caso é necessário articular metodologias e técnicas de leitura, partindo da experiência e expectativa de mundo das crianças indígenas, envolvendo diferentes gêneros literários contextualizados, textos verbais e não verbais produzidos por eles próprios, pois a competência linguística e a prática discursiva se constroem produzindo e lendo textos significativos.

Nessa perspectiva inicialmente fizemos um diagnóstico para saber o nível de leitura e de escrita que se encontram os alunos da escola para assim, selecionarmos e confeccionarmos livros e histórias correspondentes a cada nível, sendo estimulados a potencializá-los gradativamente. Pretendemos, com isso, desenvolver uma prática que favoreça a reflexão crítica e a lógica do pensamento sistêmico das crianças, estabelecendo relações com as atividades culturais, os mitos, as histórias e crenças da cosmologia Xerente.

Para melhor dinamizar o trabalho, atendemos os alunos em horário contrário ao da aula. Os alunos do turno vespertino participam do turno matutino do Cofo de Leitura e os alunos da manhã, participam do no período vespertino. Há momentos em que se envolvem todos os alunos daquele turno, como também, momentos com atividades específicas aos alunos. O trabalho consta da estimulada a oralidade com contação de histórias dos antepassados pelos pais e anciãos da comunidade. Algumas dessas histórias serão gravadas e transcritas na língua materna, o que vai depender da disponibilidade de tempo de algum professor para escrever em

CONT.



Akwén. Com isso, pretendemos manter a tradição de sentar-se nos terreiros para ouvir e contar histórias como acontecia até alguns anos, antes da chegada da televisão e demais tecnologias na aldeia, como lembra um professor.

Esperamos que as crianças da escola Waikarnãse, na aldeia Salto, envolvidas nesse projeto sejam despertadas para o prazer da leitura e da escrita, significando as histórias tradicionais e desenvolvendo competências que levem a mudanças sociais e intelectuais no processo de ensino e aprendizagem.

(En)Cena - Como têm sido o contato entre vocês? A escola recebeu bem o projeto e as práticas dele? Há alguma resistência?

Maria Aparecida - A minha relação com o diretor que é também cacique da aldeia e com os professores é boa, respeitosa. Com eles tenho aprendido muito. Inclusive a compreender e respeitar o tempo deles. Enquanto na nossa sociedade capitalista, a correria é desenfreada, na sociedade Akwe o tempo é vivenciado com qualidade, o suficiente para manter as relações comunitárias entre os clãs.

(En)Cena - Qual é a reação das crianças da escola Waikarnãse durante os encontros? Elas gostam das atividades do Cofo?

Maria Aparecida - As crianças Xerente são extremamente curiosas. Quando o carro do Cofo de Leitura chega à aldeia, elas saem correndo, carregando os irmãos menores. É aquela correria. Às vezes nem esperam organizar o cofo e o material do projeto. Elas pegam aleatoriamente os livros. E passam rapidamente as folhas, logo trocam e se deixam, passa todos os livros e gibis. Com jeito e ajuda de um professor que fala na língua, as crianças se acalmam e organizamos o trabalho que sempre inicia com uma leitura de história por professor ou ancião. Depois é que iniciamos com a leitura de contos, histórias, mitos. Ao final as crianças espontaneamente recontam a história do seu jeito.

(En)Cena - Por causa do projeto Cofo de Leitura e Escrita, o povo da Aldeia Salto vive novidades e novas práticas de leitura e escrita. Você acredita que esse projeto é também uma maneira de reforçar as tradições deste povo?

Maria Aparecida - Esse é um dos objetivos do Cofo: envolver a comunidade, e estamos trabalhando para que isso ocorra. Para tanto, foram distribuídos livros para as crianças lerem em casa com a família. O livro foi colocado em uma bolsa reciclada. Ela assinou uma ficha de locação do livro. O intuito é a criança ter esse contato individual e familiar por meio do livro. Assim conhecerá diferentes gêneros literários. E, posteriormente essa prática ajudará a crianças descobrir o gênero predileto é mais atrativo para sua leitura pessoal. No próximo encontro cada criança fará um comentário do livro que levou para casa. Vamos ver como será esse processo!



Indígenas Kayapó de Bannach serão beneficiados com recursos para habitação
SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 23.05.2014

Indígenas da etnia Kayapó, da aldeia Krynu, localizada a 90 quilômetros da sede do município de Bannach, no sul do Pará, serão beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) entregará na próxima segunda-feira (26) o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), que garante aos Kayapó o acesso à política pública.

Vinte e oito famílias devem receber o recurso, via Banco do Brasil, no valor de R\$ 30.500,00, para a construção das moradias. Os beneficiários foram identificados por meio de um levantamento, feito pela Emater e a Organização Não Governamental Kaesp. O trabalho realizado pela Emater é autorizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo informações da Emater, o crédito já foi pré-aprovado.

A Emater já trabalha com os Kayapó, oferecendo assistência técnica e social às famílias. Na aldeia Krynu, a empresa tem um projeto para a implantação de Unidade Demonstrativa (UD), de hortalça. O objetivo é melhorar a segurança alimentar dos indígenas que apresentam um quadro de desnutrição pela ausência de alguns alimentos.

Com os Kayapó, que vivem do extrativismo, a Emater também incentiva a comercialização da castanha do Pará e do açaí. Dados da Emater indicam que 80% da produção do castanhal são perdidos na floresta, e a produção de açaí também se perde quase totalmente. "Apenas parte da produção de castanha é comercializada, e o açaí só é retirado para o consumo. Estamos trabalhando para que as famílias entendam o potencial econômico, principalmente da castanha, maior fonte de renda na aldeia", disse Paulo Henrique dos Santos, técnico da Emater.

Iolanda Lopes

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Procuradoria pede a Polícia Federal intervenção em conflito de indígenas e madeireiros

SÍTIO BLOG DO NETO FERREIRA, 23.05.2014

O MPF relatou situação de conflito na Aldeia Cumaru envolvendo indígenas Ka'apor e madeireiros ilegais do interior.

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) encaminhou ofício a Polícia Federal (PF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai) relatando situação de conflito na Aldeia Cumaru envolvendo indígenas Ka'apor e exploradores ilegais de produto florestal do interior da Terra Indígena Alto Turiagu, e, também, uma possível invasão da Terra Indígena Caru. Os fatos foram denunciados pela Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá, no dia 19 de maio, que encaminhou documento ao MPF/MA relatando as duas situações.

De acordo com o documento, madeireiros foram surpreendidos por um grupo de indígenas, tendo sido apreendidas duas motos por eles utilizadas, o que motivou represália por parte dos invasores em atitudes intimidatórias, inclusive ameaças, em iminente situação de possível conflito. O documento ainda relata uma possível invasão da Terra Indígena Caru, segundo denúncia de liderança da Aldeia Maçaranduba, a qual estaria sendo ameaçada por indígenas da própria aldeia que pretendem firmar acordo com madeireiros da região.

Para o procurador da República Alexandre Soares, as situações envolvendo conflitos entre indígenas e madeireiros em razão da exploração de madeira ilegal no interior de Terras Indígenas e de flagrantes realizados pelos próprios indígenas não constitui episódios isolados, sendo recorrentemente narradas ao MPF, "acreditamos que a ausência de respostas rápidas dos órgãos competentes para agir nessas situações, tais como presença fiscalizatória constante e responsabilização dos agentes infratores, estimulam esse tipo de ação", disse.

A própria Justiça Federal já reconheceu isso e condenou o Ibama, a Funai e a União, por meio do processo nº 2008.37.00.005728-5, a manterem postos de fiscalização para coibir a atividade ilegal de devastação no interior das Terras Indígenas Alto Turiagu, Awá Guajá e Caru, com estrutura e pessoal necessários.



TOCANTINÓPOLIS: PrevFogo forma 1ª Turma de Brigadistas Indígenas
SÍTIO FOLHA DO BICO, 23.05.2014

O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo/Ibama) formou, a primeira turma de Brigadistas Indígenas de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do município de Tocantinópolis. Nesta primeira turma foram formados 31 agentes brigadistas.

Tendo em vista as questões que visam à prevenção e a formação, a Prefeitura de Tocantinópolis juntamente com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) firmaram uma parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a formação da brigada indígena. Devido à cidade de Tocantinópolis ser localizada em uma região muito propícia às queimadas e também as fortes temperaturas enfrentadas ao longo do ano, esta ação irá garantir a prevenção e o combate do fogo nas áreas que compreendem a reserva e ao município.

A partir de agora, os novos combatentes irão atuar com prevenção e combate a incêndios nas florestas do município, bem como dar apoio e orientação às queimadas controladas e promover ações de educação ambiental na cidade. Consequentemente, haverá fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PrevFogo.

O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, PrevFogo, é um grupo especializado do Ibama que desenvolve diversas ações dentro das Unidades de Conservação Federais. Compete a coordenação estadual deste Centro a formação de brigadistas para atuarem nos meses críticos de incêndios e queimadas nas Reservas Biológicas e Florestas Nacionais espalhadas pelo Estado.

No curso realizado pelo PrevFogo para formação dos brigadistas, foram realizadas aulas teóricas e práticas que visam avaliar o candidato fisicamente e ensinar a ele como proceder em situações de combate e prevenção de fogo utilizando motobombas, GPS e conhecimento em primeiros socorros. Após as aulas foi realizada uma avaliação do candidato simulando um incêndio. (Dirceu Leno)



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

Kretã Kaingang: Movimento Indígena e a criminalização de lideranças

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=mKWanfpUcRg

Acorda Terra apresenta entrevista com o líder indígena brasileiro Kretã Kaingang sobre Movimento Indígena e criminalização de lideranças no Brasil. Kretã é um dos fundadores da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e do Acampamento Terra Livre (ATL), que é hoje o grande fórum do Movimento Indígena brasileiro.



Governo federal barra ação do MPF que garantia indenização a proprietários de área em terra indígena

SÍTIO DOURADOS AGORA, 23.05.2014

Apontada como solução do conflito fundiário em MS pelo ministro da Justiça, indenização não é adotada na prática

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) acatou recurso da União e suspendeu liminar da Justiça Federal de Naviraí (MS) que bloqueou R\$ 20 milhões do orçamento federal para o pagamento de indenizações aos donos das fazendas localizadas na Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã, sul do estado.

Conforme a nova decisão, a liminar concedida ao Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul (MPF/MS), em 19 de dezembro passado, foi suspensa porque "não existe norma que permita o sequestro das verbas previstas em item da lei orçamentária, como autorização de despesa".

O montante estava previsto na Lei Orçamentária de 2013 e não foi aplicado durante todo o ano, por isso poderia se perder com o encerramento do exercício financeiro. Segundo argumentou o MPF, "não se pode admitir que, diante da imensa necessidade de implementação de soluções aos conflitos agrários, as verbas alocadas – por meio de árduo trabalho de diversos atores sociais – sejam perdidas em razão da incapacidade do Estado em empregar esses recursos para a garantia de territórios aos povos indígenas e para a satisfação dos direitos dos portadores de títulos".

A decisão liminar da Justiça havia determinado que o dinheiro continuasse vinculado ao pagamento das indenizações, sob pena de multa de R\$ 1 milhão. O bloqueio da verba deveria evitar acirramento do conflito entre índios e fazendeiros e criar uma via de negociação para a demarcação definitiva da Terra Indígena Yvy Katu.

União adota estratégia contraditória

O recurso da União foi contra o bloqueio de verbas federais para indenizar os proprietários com áreas incidentes sobre a Terra Indígena Yvy Katu, reconhecida e demarcada pelo próprio governo federal. Ao mesmo tempo em que recorre para não indenizar os proprietários, a União mantém um fórum de discussão com participação de índios, produtores e órgãos públicos de Mato Grosso do Sul, buscando justamente viabilizar uma forma legal para indenizar os produtores que têm suas terras reivindicadas pelos indígenas.

Para o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida, esta é uma clara contradição. "A efetiva solução da questão fundiária em Mato Grosso do Sul passa, necessariamente, pela coordenação das ações intragovernamentais. Os argumentos trazidos à juízo são frontalmente diversos do discurso de busca de soluções consensuais apresentados".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

O fórum foi criado pelo governo federal após a morte de Oziel Terena, em maio do ano passado, durante reintegração de posse da Fazenda Buriti, ocupada por indígenas terena em Sidrolândia (MS). Após várias reuniões, em agosto foi definida uma lista de áreas prioritárias para demarcação como terras indígenas, o que incluiria a indenização dos proprietários pela terra nua e pelas benfeitorias.

Proprietários, lideranças indígenas e comissões formadas se reuniram outras cinco vezes desde então para definir os valores a serem pagos. No entanto, até o momento, nem a compra da fazenda Buriti, autorizada pelo Governo Federal em junho de 2013, foi efetuada.



FIP debate as poesias indígenas e o sagrado

SÍTIO JC ON LINE, 23.05.2014

Evento recebe Douglas Diegues e Sérgio Medeiros nesta sexta (23/5), na Torre Malakoff

Diogo Guedes

Neste ano, o Festival Internacional de Poesia do Recife (FIP) se foca nas discussões sobre a poesia e o sagrado. Nesta sexta (23/5), no seu terceiro dia de atividades, o evento mostra a relação de parte das literaturas indígenas com essa temática, em um debate com dois especialistas: o carioca Douglas Diegues e o sul-mato-grossense Sérgio Medeiros, que conversam, às 20h, com o poeta Delmo Montenegro.

Na mesa, os autores vão comentar o Popol Vuh, livro maia do século 16, e o mito Jurupari, presente em várias etnias indígenas da América do Sul. Douglas, pesquisador da literatura mbyá-guarani no Brasil e no Paraguai, explica que, para eles, a experiência com o sagrado é fundamental. "Para os mbyá, a palavra é tudo: a palavra é mais que sinônimo de alma, pois a palavra e a alma são a mesma coisa. Quando um mbyá-guarani perde a palavra, ele perde a alma e o corpo desfalece", aponta.

Isso fica claro, segundo ele, no livro Ayvu Rapyta, textos míticos dos mbyá-guarani do Guairá, organizado pelo antropólogo paraguaio León Cadogan. É a partir dessa união radical entre palavra e alma que se pode entender a cosmogonia da etnia.

"Os mbyá-guarani, e os guarani-kayowá também, não acreditam em felicidade passageira, a felicidade do mundo material, que consideram falsa. A verdadeira felicidade para eles é a felicidade do espírito, da palavra-alma, a felicidade eterna, que só pode ser alcançada por meio da vida virtuosa. Os guaranis sabem como entrar no paraíso cantando. Sabem como voltar às origens. O mundo material é visto como uma cópia rude, imperfeita, pálida, do mundo das origens de céu. Quando um mbyá-guarani perde o vínculo com o sagrado, perde seu canto, perde o sentido e se aniquila", expõe Douglas.

Ele lembra que, apesar de ainda haver muito a se pesquisar, as literaturas indígenas influenciaram escritores modernistas, de Mário de Andrade, Raul Bopp e Oswald de Andrade até João Guimarães Rosa, em Meu tio o Iauaretê. De trabalhos recentes, destaca Literaturas da floresta, da Lucia Sá, e Dono dos sonhos, de Sérgio Medeiros. "Os índios são hoje os mais estrangeiros em suas próprias terras. Mas cada vez mais pessoas antenadas conseguem valorizar o legado mítico-poético indígena", analisa. "Os territórios indígenas estão soterrados pelas geografias oficiais."

Também poeta, Douglas levou essa cosmogonia e os estudos das línguas indígenas para a sua produção. Autor de obras como *Dá gosto andar desnudo por estas selvas* (2003) e *El*

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 90/2014

Brasília, 23 de maio de 2014.

astronauta paraguayo (2007), foi um dos responsáveis por recriar e popularizar o portunhol selvagem, forma de escrita que mistura português e espanhol com transcrições de expressões ameríndias, por exemplo. "El portunhol selvagem es una hermosa liberdade de linguagem que nos permite dizer coisas ditas ou nunca ditas de forma diferente em uma língua que existe como fala e escritura, mas não existe como idioma", define. Entre seus colegas de "idioma", estão nomes como Wilson Bueno, Xico Sá, Ronaldo Bressane e Joca Reiners Terron.

Ainda hoje, o FIP tem uma roda de poesia, às 19h, com Aldo Lins (PB), David Henrique (PE), Greg Marinho (PE), Joël Bastard (França) e Malungo (PE), e uma jam poética, às 21h30, com Luna Vitrolira (PE), Greg Marinho, Thiago Martins (PE) e Rodrigo Félix (PE), baseada na obra de Terêza Tenório. O evento é gratuito e acontece na Torre Malakoff, no Bairro do Recife.



Indígenas fecham a TO-020 em protesto após prisão de xerente

SÍTIO PORTAL LJ, 23.05.2014

*Jovem foi flagrado tentando roubar uma motocicleta em Tocantínia.
Comunidade solicita que ele seja solto em um prazo de 24 horas.*

A prisão de um jovem da etnia xerente resultou em um protesto na manhã desta quinta-feira (22), em Tocantínia, a 80 km de Palmas. Indígenas fecharam a TO-020 por aproximadamente três horas, próximo à reserva xerente, localizada entre o município e Lajeado. Eles reivindicam que o jovem seja liberado em um prazo de 24 horas e ameaçaram bloquear novamente a rodovia se a solicitação não for atendida.

A TO-020 ficou interditada por volta das 7h30 às 10h30 e só foi liberada depois que policiais militares negociaram com os manifestantes.

Elivaldo Wakeiwy Xerente, de 21 anos, foi preso em flagrante pela Polícia Militar na noite da última sexta-feira (16). Ele é suspeito de tentar roubar uma motocicleta em uma casa da Vila Jacó, em Tocantínia, onde teria ainda agredido o proprietário. Conforme o auto da prisão, registrado na Delegacia de Polícia Civil de Miracema, Elivaldo admitiu que havia ingerido bebida alcoólica e disse que estava arrependido do crime.

Segundo Romário Srowasde Xerente, de 22 anos, representante da Liderança Jovem Indígena, o suspeito continua preso de forma ilegal, porque deve permanecer sob a custódia dos órgãos federais, como a Fundação Nacional do Índio (Funai). Ainda de acordo com ele, é comum que moradores da região atuem de forma violenta contra os indígenas.

No auto da prisão de Elivaldo consta que os policiais civis tentaram entrar em contato com a Funai e também com o Pólo de Saúde Indígena de Tocantínia, na madrugada do dia 17, mas que os órgãos só funcionam em horário comercial.

A Funai explicou que como o indígena responde por roubo, cabe à Defensoria Pública cuidar do caso, mas que vai acompanhar e auxiliar no que for necessário. Segundo a Defensoria Pública, o órgão já está ciente do caso e solicitou à justiça que o suspeito possa responder ao processo em liberdade.



MPF: situação de conflito em terras indígenas no MA

SÍTIO MIRANTE AM, 23.05.2014

MARANHÃO - O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) encaminhou ofício à Polícia Federal (PF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai) relatando situação de conflito na Aldeia Cumaru envolvendo indígenas Ka'apor e exploradores ilegais de produto florestal do interior da Terra Indígena Alto Turiagu, e, também, uma possível invasão da Terra Indígena Caru. Os fatos foram denunciados pela Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá, no dia 19 deste mês, que encaminhou documento ao MPF/MA relatando as duas situações.

De acordo com o documento, "madeireiros foram surpreendidos por um grupo de indígenas, tendo sido apreendidas duas motos por eles utilizadas, o que motivou represália por parte dos invasores em atitudes intimidatórias, inclusive ameaças, em iminente situação de possível conflito". O documento ainda relata uma possível invasão da Terra Indígena Caru, segundo denúncia de liderança da Aldeia Maçaranduba, a qual estaria sendo ameaçada por indígenas da própria aldeia que pretendem firmar acordo com madeireiros da região.